



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 06 | junho 2021



Gabinete de Estratégia e Estudos  
Ministério da Economia

**GPEARI**

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação  
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** junho de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de junho.

### **Editores:**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.gov.pt](mailto:bmep@gpeari.gov.pt)

**Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

**ISSN: 1848-11012**



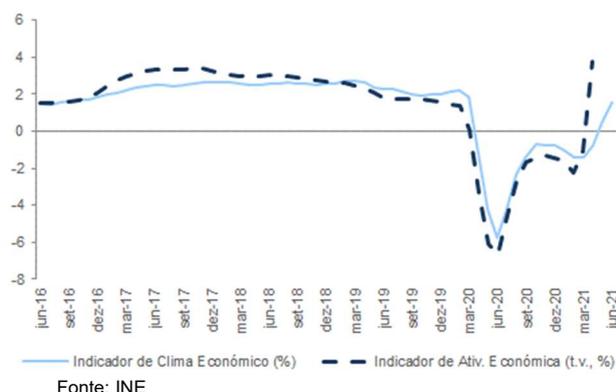
(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

## 2. Conjuntura Nacional

### Atividade Económica e Oferta

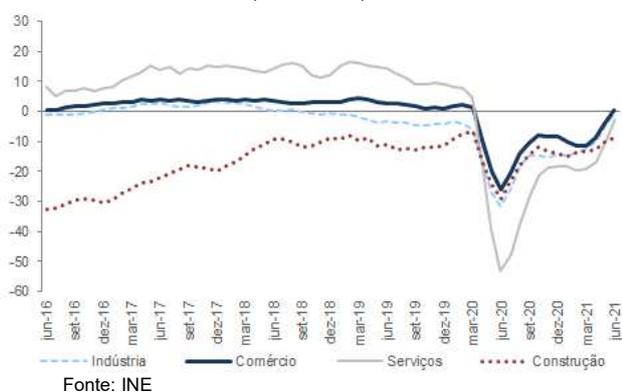
De acordo com os dados publicados pelo INE, o indicador de clima económico, em junho, registou uma melhoria, superando nos últimos dois meses o nível observado no início da pandemia (março de 2020).

**Figura 2.1. Clima e Atividade Económica**  
(SRE, MM3)



De acordo com o INE, em termos mensais, em junho, observou-se uma melhoria dos indicadores de confiança nos setores da indústria transformadora, comércio e serviços. Em sentido contrário, observou-se uma diminuição no índice de confiança no setor da construção e obras públicas.

**Figura 2.2. Indicadores de confiança**  
(SRE, MM3)

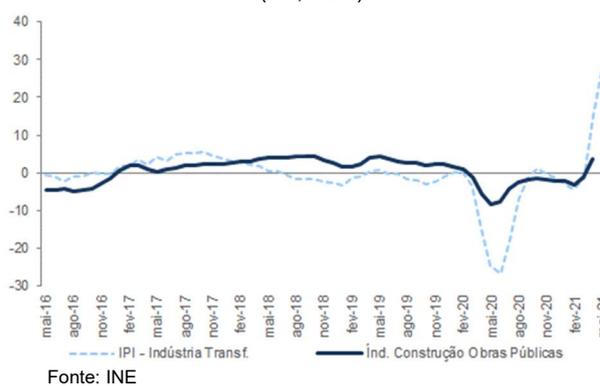


No trimestre terminado em abril, o indicador de atividade económica registou um crescimento de 3,8% (que compara com uma queda de 1,1% no primeiro trimestre).

Numa perspetiva setorial, os dados, em termos médios homólogos, mostram que:

- Na indústria transformadora, o índice de volume de negócios apresentou um aumento de 25% no trimestre terminado em abril (0,1% no primeiro trimestre) e o índice de produção apresentou um crescimento de 27,7% no trimestre terminado em maio (-1,4% no primeiro trimestre);
- No setor da construção e obras públicas, o índice de produção registou um crescimento de 3,5% no trimestre terminado em abril (-1,1% no primeiro trimestre);
- No setor dos serviços, o índice de volume de negócios apresentou um crescimento de 8,1% no trimestre terminado em abril (-11,9% no primeiro trimestre);
- No setor do comércio a retalho, o índice de volume de negócios registou um crescimento de 15,5% no trimestre terminado em maio (-7,4% no primeiro trimestre).

**Figura 2.3. Índices de Produção**  
(VH, MM3)



### Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	2020	2020			2021		2021				
			2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
PIB – CN Trimestrais	VH Real	-7,6	-16,4	-5,6	-6,1	-5,3	:	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	-11	-5,7	-14	-0,8	-14	16	-2,2	-0,9	0,8	18	2,2
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-16,6	-31,6	-14,8	-14,3	-12,4	-0,7	-13,1	-9,5	-6,5	17	2,7
Indicador de Confiança do Comércio	"	-10,9	-26,2	-10,5	-8,3	-11,5	0,6	-14,0	-9,1	-2,7	-0,6	4,9
Indicador de Confiança dos Serviços	"	-23,8	-53,2	-28,4	-18,2	-19,2	-2,6	-23,8	-16,2	-10,3	-4,4	6,8
Indicador de Confiança da Construção	"	-16,0	-29,1	-14,4	-14,1	-13,4	-8,6	-13,6	-13,6	-10,6	-5,6	-9,5
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-8,3	-26,9	-13	-14	-17	:	-6,0	6,6	44,4	32,1	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	-11,7	-28,8	-6,7	-6,6	-0,3	:	-5,7	17,5	63,1	:	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	-15,7	-30,8	-14,4	-13,4	-12,7	:	-19,9	0,5	43,6	:	:

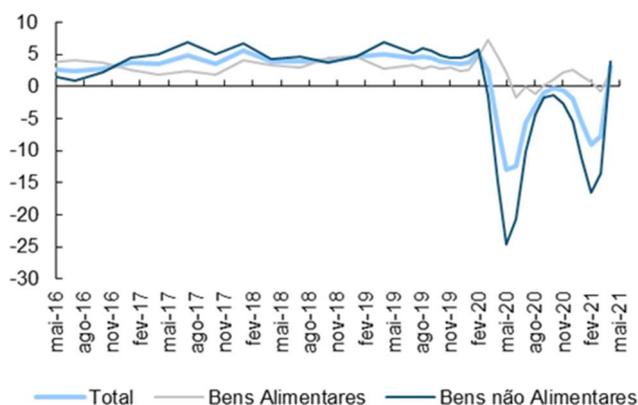
Fonte: INE.

### Consumo Privado

O índice de volume de negócios no comércio a retalho passou de uma variação homóloga de 28,5% em abril para 16,1% em maio, com as vendas dos bens não alimentares, a registar um aumento de 31,6%, (47,4% em abril) e as de bens alimentares um aumento de 0,6% (11,5% no mês precedente). Refira-se que estes resultados são influenciados por um efeito base, dado que a comparação incide sobre meses de confinamento geral em 2020.

Em média, nos últimos três meses, o índice apresentou um crescimento de 14,7% em maio, o que se traduz num aumento significativo em relação ao mês anterior (mais 11,6 p.p.).

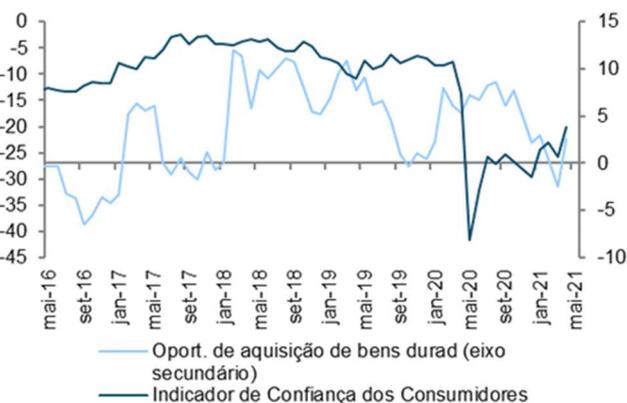
**Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)**



Fonte: INE.

Em maio, o indicador de confiança dos consumidores voltou a aumentar, à semelhança dos três meses anteriores, atingindo o valor máximo desde fevereiro de 2020 (último inquérito não afetado pela pandemia). A evolução respeitante a este mês reflete o contributo positivo das expectativas relativas à: evolução futura da situação económica do país, evolução futura da realização de compras importantes, e a situação financeira do agregado familiar (estas duas últimas de forma mais ténue).

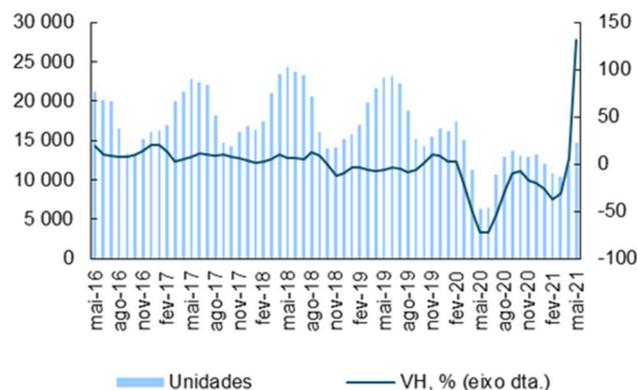
**Figura 2.5. Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros (SRE-VE, MM3)**



Fonte: INE.

Em maio de 2021 foram vendidos 16 661 veículos ligeiros de passageiros, mais 1 852 unidades do que em abril e mais 10 920 unidades do que em maio de 2020, correspondendo a um crescimento homólogo de 190,2%. Também neste caso refira-se que estes resultados são influenciados por um efeito base.

**Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)**



Fonte: ACAP

### Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2021				
			1T	2T	3T	4T		1T	jan	fev	mar	abr
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	-5,8	-0,4	-14,4	-4,0	-4,6	-6,9	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	-8,1	-9,9	-33,1	-26,3	-26,2	-23,0	-23,1	-25,8	-20,2	-17,1	-12,8
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	4,2	3,3	-48,1	-29,4	-19,1	-28,2	-18,1	-31,0	-35,5	-28,3	-16,8
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho*	VH	0,6	2,3	-12,5	-1,0	-2,0	-7,7	-10,7	-14,2	2,1	28,5	16,1
Bens Alimentares	VH	1,8	7,3	-1,7	0,1	2,6	-0,8	0,9	-1,4	-1,7	11,5	0,6
Bens não Alimentares	VH	-0,4	-1,6	-20,8	-1,8	-5,5	-13,6	-18,1	-24,1	5,8	47,4	31,6
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	-6,3	-23,8	-71,7	-10,2	-20,1	-31,5	-30,5	-59,0	19,8	438,7	190,2
Importação de Bens de Consumo***	VH	0,4	1,8	-14,2	-7,6	-5,8	-8,5	-16,8	-12,8	4,7	27,0	:

\* Índices de deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

Fontes: INE e ACAP

## Investimento

De acordo com o INE, o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou, no trimestre terminado em abril, uma taxa de variação homóloga de 14,1%. Este crescimento expressivo é explicado por um efeito base, uma vez que no trimestre homólogo, por via da eclosão da pandemia em Portugal, registou-se uma queda abrupta deste indicador nas componentes de material de transporte e de máquinas e equipamentos. A evolução deste indicador resultou de aumentos expressivos dos contributos de todas as componentes, máquinas e equipamentos, material de transporte e construção (melhoria de 14,7 p.p., 24,2 p.p. e 3 p.p., respetivamente), sendo que a componente de material de transporte continua a manter um contributo negativo.

**Figura 2.7. FBCF e componentes**  
(VH, %)



Fonte: INE.

Os dados disponíveis do trimestre terminado em maio, em termos homólogos, mostram que:

- As vendas de cimento registaram um crescimento de 16,9% (10,8% no primeiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento de 99,6% (6,4% no primeiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais pesados registaram um crescimento de 169,4% (29,1% no primeiro trimestre).

**Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

No trimestre terminado em abril, em termos médios homólogos, observou-se que:

- as importações de máquinas e outros bens de capital, exceto material de transporte, registaram um crescimento de 28,6% (melhoria de 18,2 p.p. face ao observado no primeiro trimestre);
- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento, para o mercado nacional registou um crescimento de 31,4% (melhoria de 27,1 p.p. face ao observado no primeiro trimestre);
- as licenças de construção de fogos registaram um crescimento de 36,8% (melhoria de 30 p.p. face ao observado no primeiro trimestre).

**Figura 2.9. Bens de Investimento**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

### Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

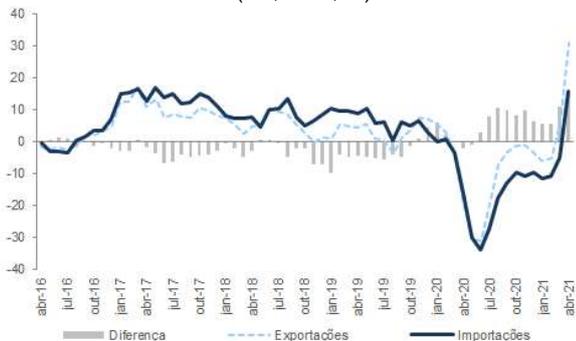
Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2021				
			1T	2T	3T	4T		1T	jan	fev	mar	abr
FBC – CN Trimestrais	VH Real	-4,7	-2,4	-10,0	-7,2	0,8	3,9	-	-	-	-	-
da qual, FBCF	VH Real	-1,8	-0,3	-8,6	0,7	1,0	4,1	-	-	-	-	-
Indicador de FBCF	VH/mm3	-19	-0,8	-10,1	14	18	4,9	0,8	-0,9	4,9	14,1	:
Vendas de Cimento	VH	10,6	5,6	13,7	11,7	11,2	10,8	-2,8	2,4	31,0	13,3	7,0
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	-28,3	-24,0	-51,5	-23,4	-13,1	6,4	-19,2	-17,8	87,7	203,4	52,3
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-27,9	-32,4	-68,2	6,0	-8,4	29,1	-10,9	25,0	107,1	283,3	190,4
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	-22,1	-12,3	-53,0	-15,7	-7,3	-14,0	3,7	-12,1	-33,7	0,9	5,7
Licenças de Construção de fogos	VH	4,3	2,1	7,4	-1,6	9,8	6,8	-18,7	-17,7	76,0	72,7	:
Importações de Bens de Capital**	VH	-7,0	-3,8	-23,5	-0,6	0,1	10,4	-3,7	7,8	28,3	57,5	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	-15,5	-8,6	-32,2	-10,4	-10,6	4,3	-9,8	-4,6	29,9	103,1	:

\* No Comércio por Grosso; \*\* Excepto Material de Transporte; \*\*\* Para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

### Contas Externas

Os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE, para o trimestre terminado em abril de 2021, apontam para uma variação, em termos médios homólogos, de 31% das exportações e de 15,8% das importações (6,1% e -5% no primeiro trimestre, respetivamente).

**Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional**  
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

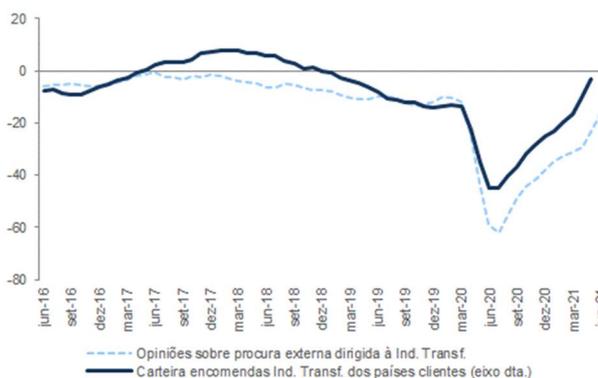
No mesmo período e em termos médios homólogos nominais:

- nas exportações de bens, verificou-se uma variação de 31,6% na componente intracomunitária (6,1% no primeiro trimestre) e de 29,2% na componente extracomunitária (6% no primeiro trimestre);
- nas importações de bens, verificou-se uma variação de 16,8% no mercado intracomunitário (-2,9% no primeiro trimestre) e de 12,5% na componente extracomunitária (-11,4% no primeiro trimestre);
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 83,9% (75,2% em igual período de 2020).

No trimestre terminado em maio, as opiniões relativas à carteira de encomendas da indústria transformadora continuaram a recuperação, atingindo o nível mais elevado desde fevereiro de 2019.

As opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora, no trimestre terminado em junho, continuaram a recuperação iniciada em julho de 2020, após os agravamentos verificados entre março e junho desse ano.

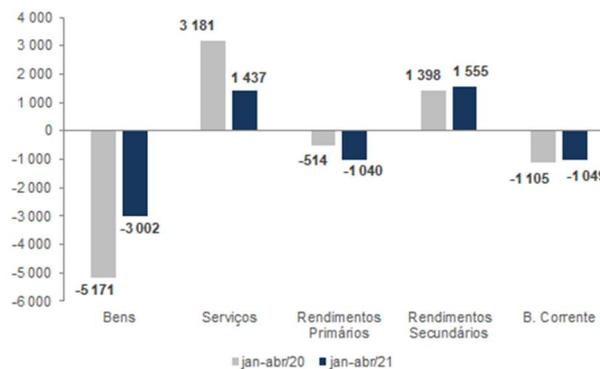
**Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria**  
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

Até abril de 2021, o défice acumulado da balança corrente situou-se em 1 049 milhões de euros, representando uma melhoria de 56 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração dos saldos da balança de serviços e da balança de rendimentos primários, compensada por uma melhoria no saldo da balança de bens e da balança de rendimentos secundários.

**Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo**  
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, registou-se uma necessidade de financiamento da balança corrente e de capital de 240 milhões de euros (representando um aumento da necessidade de financiamento em 176 milhões de euros face ao mesmo período de 2020).

### Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020	2021			
			1T	2T	3T	4T			1T	dez	jan	fev
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-18,6	-5,3	-39,2	-16,0	-14,4	-9,6	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-119	-18	-29,1	-11,1	-6,0	-4,3	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	-2,0	0,0	-0,8	-1,2	-2,0	-2,4	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	0,1	1,2	1,0	0,1	0,1	0,1	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	-10,2	-3,0	-30,9	-3,1	-3,2	6,1	-7,3	-10,2	2,3	28,7	82,4
Entradas de Bens	VH nom	-15,1	-3,2	-33,8	-12,9	-9,7	-5,0	-5,3	-16,6	-10,2	13,0	60,4

\* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020	2021	Dif.
			1T	2T	3T	4T				
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	256	115	-1384	988	537	111	-64	-240	-176
Saldo Balança de Bens	"	-12 186	-4 086	-2 667	-2 605	-2 828	-2 056	-5 171	-3 002	2 169
Saldo Balança de Serviços	"	8 603	2 887	145	2 766	1806	119	3 181	1437	-1744
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-3 034	-508	-1429	-756	-342	-556	-514	-1040	-526
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 240	1061	945	1143	1091	1021	1398	1555	157

Fonte: BdP.

## Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontam para que a taxa de desemprego em maio de 2021 se tenha situado em 7,2%, traduzindo-se num aumento de 0,2 p.p. relativamente ao mês anterior, mais 0,4 p.p. por comparação com três meses antes e 1,2 p.p. acima do mês homólogo de 2020.

**Figura 2.13. Emprego e Taxa da Desemprego**

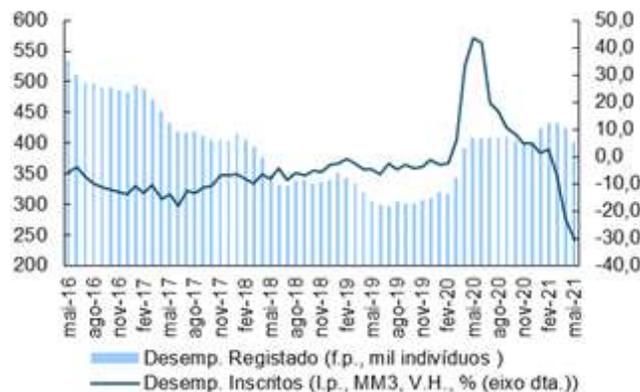


Fonte: INE

No final de maio, estavam registados, nos centros de emprego, 402 183 pessoas desempregadas, o que corresponde a uma diminuição de 1,7% (menos 6 751 pessoas) face a maio de 2020. Em termos mensais, a evolução é positiva, com menos 21 705 desempregados (-5,1%).

O desemprego diminuiu, face ao período homólogo de 2020, em todos os grandes setores, nomeadamente: no agrícola (-4,7%), no secundário (-12,0%) e no terciário (-2,3%).

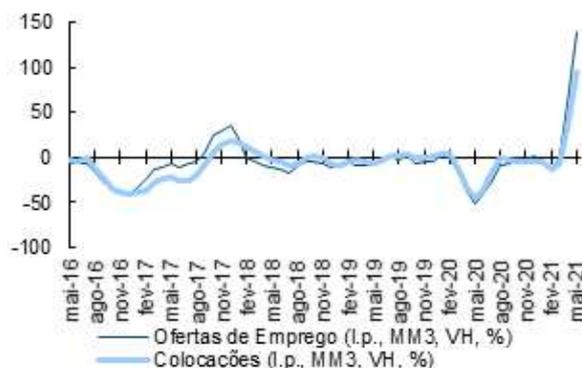
**Figura 2.14. Desemprego**



Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego por satisfazer, no final de maio, foram de 21 013, traduzindo uma variação anual de 83,3% e mensal de 24,6%. Nos últimos três meses, o número de desempregados inscritos diminuiu, em média, 30,9% em maio (-22,7% e -6,9%, nos trimestres terminados em abril e março, respetivamente), sendo que a cobertura das colocações diminuiu 1,5 p.p. em relação ao mês anterior, passando para 58,5% das ofertas de emprego.

**Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações**  
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

### Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2021				
			1T	2T	3T	4T		1T	jan	fev	mar	abr
Taxa de Desemprego*	%	7,0	6,8	5,7	8,0	7,3	7,1	6,9	6,8	6,6	7,0	7,2
Emprego Total*	VH	-1,9	0,1	-3,6	-3,1	-1,2	-1,3	-2,2	-1,4	-0,3	1,3	3,5
Desemprego Registado (f.p.)	VH	-10,7	3,0	36,4	36,1	29,6	25,9	32,4	36,8	25,9	8,0	-1,7
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-1,4	6,2	41,8	10,4	4,9	-6,9	-4,8	6,1	-18,7	-43,2	-27,6
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-1,1	-16,3	-41,3	-7,9	1,7	-0,1	-18,6	-22,3	58,1	310,8	151,9
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	8,6	7,6	14,2	6,0	6,8	7,0	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,6	3,2	4,3	1,4	2,3	1,3	-	-	-	-	-

\*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). \*\*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

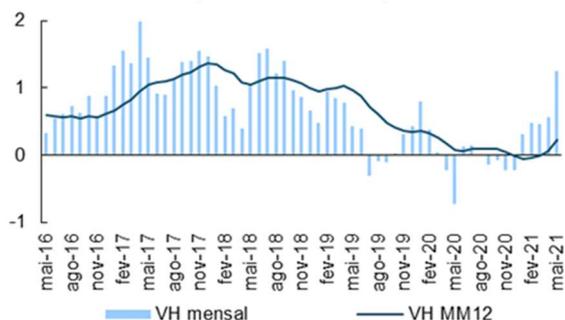
Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

## Preços

No mês de maio, a variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) foi de 1,2%, 0,6 p.p. superior à registrada no mês anterior. Todavia, enquanto a taxa de variação na componente de bens foi de 2,2% (1,4% em abril), a taxa de variação nos serviços foi de -0,2% (-0,7% no mês anterior).

Em termos mensais, a variação do IPC foi de 0,2% (0,4% no mês precedente e -0,4% em maio de 2020). A variação média do índice nos últimos doze meses foi 0,2%, (0,1% em abril).

**Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC**  
(VH e VH MM12, %)

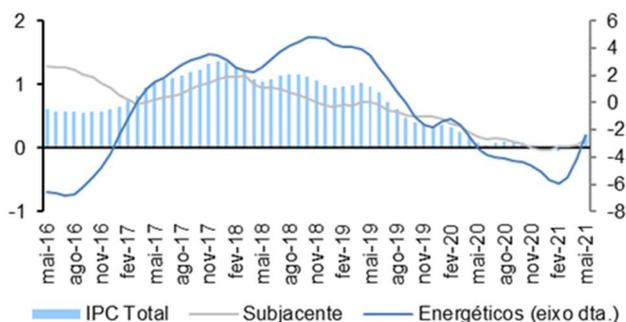


Fonte: INE.

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de 0,6% (0,1 p.p. ao mês anterior). O índice referente aos produtos alimentares não transformados registou um aumento para -0,1% (-1,1% em abril), enquanto o agregado relativo aos produtos energéticos aumentou para 9,9% (8,1% no mês precedente).

Em média, nos últimos doze meses, a variação do IPC subjacente foi de 0,1% em maio (nulo no mês anterior), com uma variação média de 2,7% nos produtos alimentares não transformados e de -2,4% nos produtos energéticos.

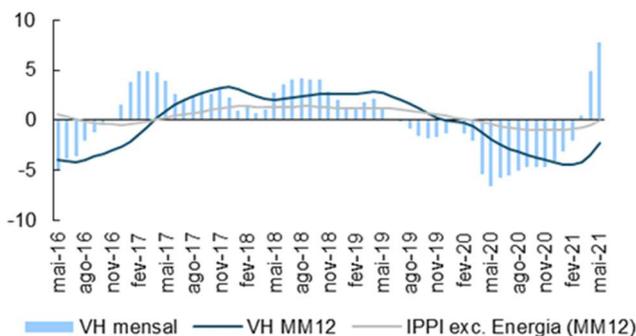
**Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)**  
(MM12, VH, %)



Fonte: INE

Em maio, o índice de preços na produção industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de 7,8% (ou seja, uma aceleração de 2,7 p.p. face a abril), e no qual o agrupamento de energia, observa uma variação homóloga de 24% (17,1% no mês anterior). Excluindo este agrupamento, a variação dos preços na produção industrial foi de 4,3% (2,2% no mês anterior).

**Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI**  
(VH, %)



Fonte: INE.

## Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2020	2020				2021				
			set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Índice de Preços no Consumidor	VC	-0,2	1,0	0,1	-0,3	-0,1	-0,3	-0,5	1,4	0,4	0,2
Índice de Preços no Consumidor	VH	0,0	-0,1	-0,1	-0,2	-0,2	0,3	0,5	0,5	0,6	1,2
Índice de Preços no Consumidor	VM12	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,1	0,2
IPC - Bens	VH	-0,5	-0,3	-0,3	-0,4	-0,5	0,3	0,5	0,4	1,4	2,2
IPC - Serviços	"	0,7	0,0	0,2	0,1	0,2	0,4	0,6	0,5	-0,7	-0,2
IPC Subjacente*	"	0,0	-0,2	-0,1	-0,2	-0,1	0,6	0,7	0,1	0,1	0,6
Índice de Preços na Produção industrial	VH	-4,2	-4,6	-4,6	-4,7	-4,1	-3,1	-2,0	0,5	4,9	7,8
IHPC	"	-0,1	-0,8	-0,6	-0,4	-0,3	0,2	0,3	0,1	-0,1	0,5
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,4	-0,5	-0,3	-0,1	0,0	-0,7	-0,6	-1,2	-1,7	-1,5

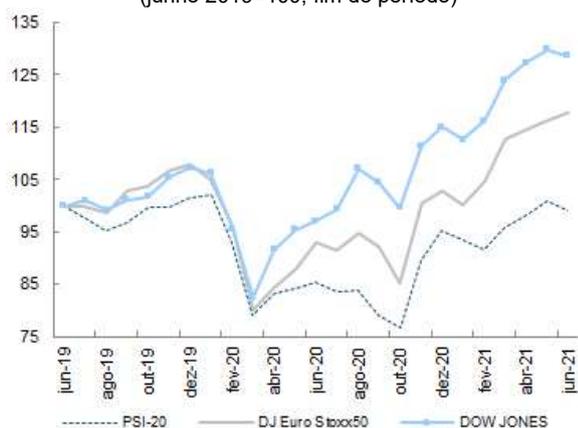
\* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Fontes: INE

## Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente, embora a um ritmo mais moderado, refletindo a incerteza do ritmo de recuperação da economia mundial, os riscos de subida dos preços e as dúvidas em torno da continuidade de uma política monetária acomodatória dos bancos centrais. Assim, a 28 de junho de 2021 e, face ao final de março, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* valorizaram-se 4,5% e próximo de 4%, respetivamente.

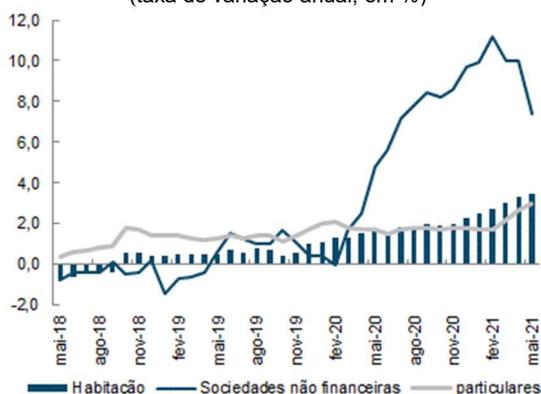
**Figura 2.19. Índices Bolsistas**  
(junho 2019=100, fim do período)



Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para junho de 2021, o valor é do dia 28.

Em Portugal, a variação anual dos empréstimos às empresas não financeiras foi de 7,4% em maio de 2021 (10% em abril) devido à redução transversal a todas as classes de dimensão das empresas, com destaque para as pequenas, cuja variação atingiu 9,7% (14,8% no mês anterior). Para os particulares, esta aumentou para 3% (2,7% em abril), resultando do reforço do crédito à habitação (3,5%) e ao consumo (1%).

**Figura 2.20. Empréstimos bancários**  
(taxa de variação anual, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

## Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

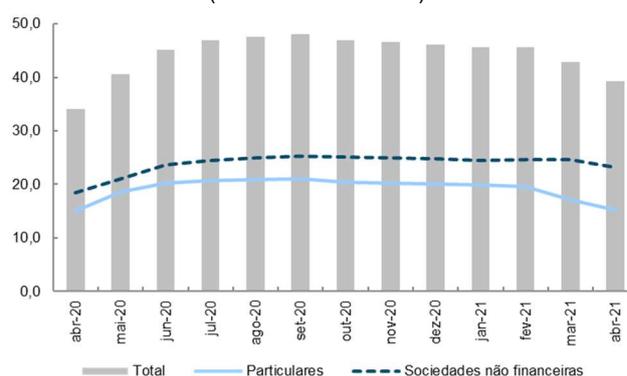
	Unidade	2020	2020				2021				
			set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Yield OT 10 anos PT*	%	0,061	0,260	0,115	0,035	0,061	0,044	0,322	0,227	0,470	0,457
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	64	78	74	61	64	56	58	52	68	64
PSI 20*	VC	-6,1	-5,4	-3,0	16,7	6,4	-2,1	-19	4,8	2,5	2,6
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	2,3	2,0	1,9	2,0	2,3	2,5	2,7	3,0	3,3	3,5
- para consumo	va	0,5	2,5	2,1	1,7	0,5	-0,5	-1,7	-1,3	0,3	1,0
Empréstimos a empresas	va	9,7	8,4	8,2	8,6	9,7	9,9	11,2	10,0	10,0	7,4
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	1,00	1,05	1,04	1,02	1,00	0,98	0,97	0,95	0,93	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,08	2,13	2,13	2,12	2,08	2,08	2,06	2,04	2,03	:

\* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

As moratórias bancárias (públicas e privadas) em Portugal diminuíram para 39,3 mil milhões de euros no final de abril de 2021 (42,8 mil milhões em março) devido sobretudo à redução do segmento dos particulares, nomeadamente da vertente de habitação, refletindo o término da moratória privada.

Do total de empréstimos abrangidos por moratórias, 23,2 mil milhões de euros pertenciam às sociedades não financeiras (31% da carteira de crédito deste segmento) e 13,3 mil milhões respeitaram à habitação (14% do crédito desta vertente).

**Figura 2.21. Moratórias bancárias**  
(Em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro de novos empréstimos aceleraram em abril de 2021, tanto para as empresas (2%), devido às de menor dimensão, como para os particulares, com exceção do crédito à habitação, cuja taxa baixou ligeiramente, para 0,82% (0,84%, no mês precedente).

Num contexto da primeira colocação de dívida pela União Europeia para financiar o fundo de recuperação *Next Generation (NGEU)* de 800 mil milhões de euros até 2026, a taxa de juro soberana das *yields* da Alemanha a 10 anos subiu ligeiramente para -0,16% em junho de 2021 (dia 25), comparado com -0,19% no final de maio.

Relativamente às taxas de juro de longo prazo dos países periféricos da área do euro, estas mantiveram-se relativamente estáveis ao longo do mês de junho, levando a uma ligeira descida dos prémios de risco, o qual se situou em 62 p.b. em Portugal, no dia 25 (64 p.b., no final de maio).

## Finanças Públicas

No fim do mês de maio de 2021, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 5 401 milhões de euros (um agravamento homólogo de 1 895 milhões de euros), onde a quebra de 1,8% da *Receita Efetiva* foi conjugada com o crescimento de 3,8% na *Despesa Efetiva*. Estes resultados contêm os impactos do surto de COVID-19 que se fez sentir em Portugal a partir do mês de março do ano passado, bem como das políticas subsequentemente implementadas para controlo da doença e estabilização macroeconómica.

A evolução da receita, que diminuiu 555 milhões de euros face ao mesmo período de 2020, resultou sobretudo da diminuição da *Receita Fiscal* (-6,4%), que foi parcialmente compensada pelo crescimento das *Contribuições Sociais* (4,4%). Do lado da despesa, que aumentou 1 341 milhões de euros, destaca-se o crescimento das *Despesas com Pessoal* (4,5%) em parte devido à política de promoção salarial das Administrações Públicas, a que se junta o reforço das equipas de saúde para o combate ao surto de COVID-19, e o crescimento das *Transferências Correntes* (7,5%). Por outro lado, as despesas com *Juros* e as *Aquisição de Bens e Serviços* registaram contrações de 2% e 7,1% respetivamente. Tudo isto levou a que o *Saldo Primário* se reduzisse em 1 965 milhões de euros face ao final de maio do ano passado, registando um défice de 2 031 milhões de euros.

Por subsectores, a Administração Central apresentou um défice de 5 795 milhões de euros, a Segurança Social um excedente de 299 milhões de euros e a Administração Regional e Local um excedente no valor de 95 milhões de euros.

### Administração Central

Em maio, o Saldo Orçamental da Administração Central registou um défice de 5 795 milhões de euros, um agravamento de cerca de 1 664 milhões de euros em termos homólogos. O Saldo Primário também registou um défice, de 2 474 milhões de euros, quando comparativamente no período homólogo o défice verificado foi de 743 milhões de euros.

Esta evolução é explicada pela redução da *Receita Efetiva* (queda de 4,8%) conjugada pelo aumento da *Despesa Efetiva* (2,3%). Para o comportamento da receita, salientam-se as quedas da *Receita Fiscal* (-6,9%) assim como das *Outras Receitas Correntes* (-2,2%). Em sentido contrário, registou-se o crescimento das contribuições sociais (2,7%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento das *Despesas com o Pessoal* (5,1%), assim como das *Transferências Correntes* (5,6%). Por outro lado, registam-se as quebras nas *Aquisições de Bens e Serviços* (-10%) e dos *Juros e Outros Encargos* (-2%).

Por subsectores, o subsector Estado registou em maio um défice de 6 419 milhões de euros (um agravamento de 1 691 milhões face ao período homólogo), e um défice primário de 3 169 milhões de euros (agravamento de 1 763 milhões de euros face ao período homólogo). Para estes resultados contribuem a queda de 6,7% da *Receita Fiscal* tendo os *Impostos Diretos* caído 10,5%, com a queda no *IRC* (-6,9%) conjugada com a diminuição do *IRS* (-9,6%). Os *Impostos Indiretos* caíram 4,6%, para o qual contribuiu a diminuição do *ISV* (-10,6%), do *IVA* (-3,1%), e do *IABA* (-9,8%), bem como o *Imposto sobre o Tabaco* (-13,1%) bem como do *IUC* (-6%). Em sentido contrário verificou-se o aumento do *Imposto do Selo* (1,1%).

Relativamente à *Receita Não Fiscal*, esta diminuiu 2,3%, devido essencialmente à queda das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (-1,3%) e nos *Rendimentos de Propriedade* (-27,8%).

O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um excedente de 624 milhões de euros, uma melhoria de 27 milhões de euros face ao verificado no período homólogo. A diminuição da receita (-0,5%) é justificada pela diminuição da *Receita Fiscal* (-19,8%), e das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (-1,8%) que mais que compensaram o crescimento das *Transferências da Administração Central* (1%) e das *Contribuições Sociais* (2,8%). Do lado da despesa, que caiu 0,7%, são de registar os aumentos da *Despesa com Pessoal* (6,7%) que foi mais que compensada pelas diminuições da *Aquisição de Bens e Serviços* (-12,2%) e das *Despesas de Capital* (-6,8%).

**Quadro 2.8. Execução Orçamental da Adm. Central**

	2020		2021		2021	
	jan a mai		abr		mai	
	10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)		VHA (%)	
<b>Receita Efetiva</b>	<b>22 266</b>	<b>21 205</b>	<b>-10,2</b>	<b>-4,8</b>		
Impostos diretos	5 331	4 773	-5,5	-10,5		
Impostos indiretos	10 457	9 925	-13,0	-5,1		
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>26 397</b>	<b>27 000</b>	<b>1,9</b>	<b>2,3</b>		
Despesa com pessoal	6 488	6 817	5,1	5,1		
Aquisição bens e serviços	3 958	3 563	-9,1	-10,0		
Juros	3 388	3 321	-1,0	-2,0		
Despesa Capital	<b>1 764</b>	<b>1 701</b>	<b>-5,0</b>	<b>-3,6</b>		
Investimento	1 142	1 153	-0,4	0,9		
<b>Saldo Global</b>	<b>-4 131</b>	<b>-5 795</b>	-	-		
<b>Saldo Primário</b>	<b>-742</b>	<b>-2 474</b>	-	-		

Fonte: DGO.

**Quadro 2.9. Execução Orçamental SFA e EPR**

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2020		2021		2020		2021	
	jan a mai				jan a mai			
	10 <sup>6</sup> euros		Grau de execução (%)		10 <sup>6</sup> euros		Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	13 233	13 162	34,4	-0,5	4 384	4 200	31,9	-4,2
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1488	1529	39,7	2,8	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	8 290	8 364	42,1	0,9	462	466	38,6	0,8
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>12 648</b>	<b>12 539</b>	<b>32,8</b>	<b>-0,7</b>	<b>4 766</b>	<b>4 390</b>	<b>31,9</b>	<b>-7,6</b>
Despesa com pessoal	2 898	3 085	36,1	6,7	1 712	1 842	37,0	7,9
Aquisição de bens e serviços	3 617	3 168	32,4	-12,2	1 811	1 340	31,1	-25,7
Transferências correntes	4 355	4 386	36,1	0,7	24	21	26,2	-13,9
<b>Saldo Global</b>	<b>585</b>	<b>624</b>	-	-	<b>-382</b>	<b>-11</b>	-	-

Fonte: DGO.

## Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS em maio registou um défice de 377 milhões de euros, o que representa um agravamento de 446 milhões de euros face ao verificado no período homólogo.

A receita total diminuiu 2,5%, atingindo 4 546 milhões de euros, justificado pela diminuição de 0,6% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 4 380 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituíram 96,3% do total da receita.

A despesa total aumentou 7,2% em termos homólogos, atingindo 4 923 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o aumento de 9,8% nas *Despesas com Pessoal* e de 7,9% da despesa com *Aquisição de Bens e Serviços*. Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 25,7% nos *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica* e na *Aquisição de Bens (compras de inventários)* que cresceu 6%. Em sentido oposto, assistiu-se às diminuições 3,9% dos *Produtos Vendidos em Farmácias* e de 0,6% nas *Parcerias Público-Privadas*.

**Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS**

	Serviço Nacional de Saúde				
	2020		2021		
	jan a mai				
	10 <sup>6</sup> euros	VHA (%)	Grau de execução (%)		
Receita Total	4 661	4 546	-2,5	39,5	
Receita fiscal	57	27	-52,3	22,2	
Outra receita corrente	4 583	4 496	-1,9	40,2	
<i>Transferências correntes do OE</i>	4 405	4 380	-0,6	-	
Receita de capital	21	22	7,7	10,4	
Despesa Total	4 592	4 923	7,2	42,4	
Despesa com pessoal	1 932	2 121	9,8	44,1	
Aquisição de bens e serviços	2 469	2 663	7,9	41,5	
Despesa de capital	92	65	-29,6	22,0	
Saldo Global	69	- 377	-	-	

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

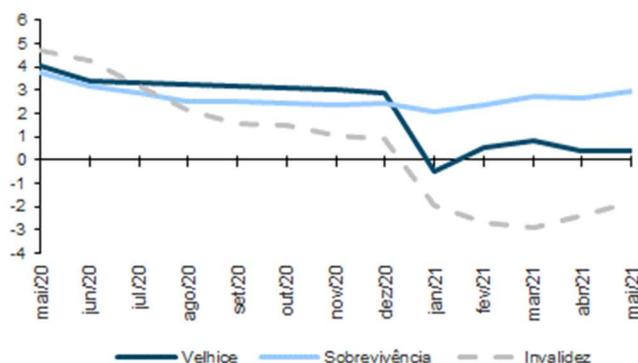
## Segurança Social

No fim do mês de maio, a Segurança Social apresentou um excedente de 299 milhões de euros, uma deterioração de 336 milhões de euros face ao verificado no período homólogo do ano anterior.

A receita efetiva cresceu 7,3% em termos homólogos. Para tal desiderato, contribuiu a subida das receitas com *Contribuições e quotizações* (4,7%), assim como das *Transferências do Orçamento do Estado* (9,4%). É de salientar que das *Transferências do Orçamento do Estado*, as transferências referentes ao *Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social* registaram um aumento de 2%, com o *IVA Social* a crescer 3,6%. É ainda de salientar que houve transferência de 270 milhões de euros referente às *Medidas Excecionais e Temporárias (COVID-19)*, que não se verificaram no período homólogo.

A despesa efetiva aumentou 10,7% reflexo fundamentalmente do aumento da despesa com *Pensões* (2,8%), assim como o das *Prestações de Desemprego* (29,9%). Ainda de realçar a despesa de 1 208 milhões de euros referente a *medidas excecionais e temporárias (COVID-19)*, que se excluídas, permitiriam que o excedente fosse maior (1 507 milhões de euros).

**Figura 2.22. Despesa em Pensões da Segurança Social (VHA, em %)**



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.  
Fonte: DGO.

**Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social**

	Segurança Social				
	2019		2020		
	jan a mai				
	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Grau de execução (%)		
Receita Efetiva	11 839	12 700	7,3	40,1	
Contribuições e quotizações	7 154	7 491	4,7	39,6	
Transferências correntes da Administração Central	3 616	3 944	9,1	39,3	
Despesa Efetiva	11 204	12 401	10,7	40,3	
Pensões	6 381	6 562	2,8	35,2	
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	585	760	29,9	46,3	
Outras Prestações Sociais	2 850	3 580	25,6	39,2	
Saldo Global	635	299	-	-	

Fonte: DGO

### Administração Regional

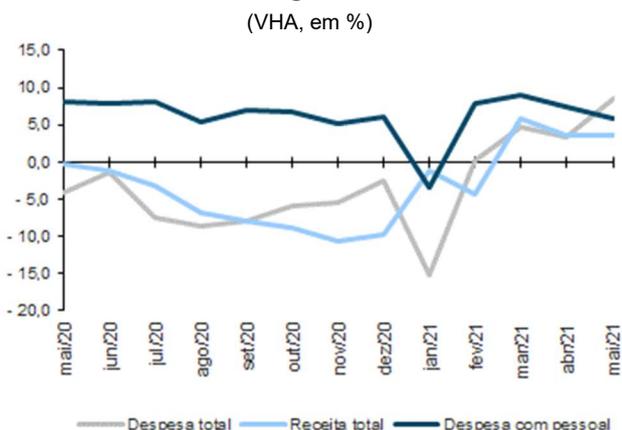
Em maio, a Administração Regional apresentou um saldo negativo de 50 milhões de euros, o que representa uma degradação de 47 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo crescimento da *Receita Efetiva* (3,7%) que foi mais que compensada pelo aumento da *Despesa Efetiva* (8,5%).

Ao défice de 49 milhões de euros da Região Autónoma da Madeira juntou-se o défice de 1 milhão de euros da Região Autónoma dos Açores. Face ao período homólogo, tal representa uma degradação de 82 milhões na Região Autónoma da Madeira e uma melhoria de 35 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores.

Para o crescimento da *Despesa Efetiva* contribuiu, fundamentalmente o aumento das *Aquisição de Bens e Serviços* (10%) bem como das *Despesas com Pessoal* (5,9%). Em sentido inverso verificou-se a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-39,1%).

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 2,2% das *Transferências do Orçamento do Estado*. Em sentido oposto, é de referir a diminuição na *Receita Fiscal* (-7,9%).

**Figura 2.23. Execução Orçamental da Administração Regional**



Fonte: DGO.

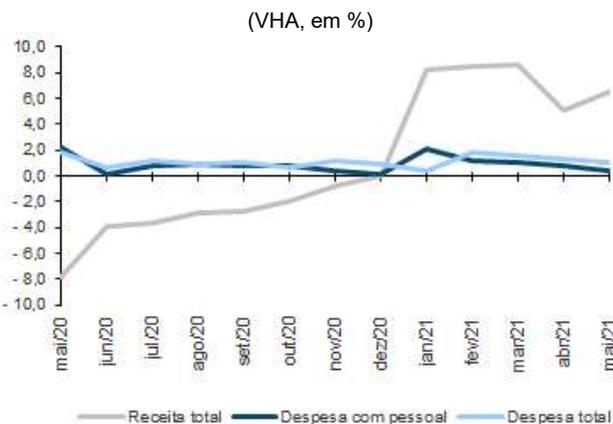
### Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local até ao final de maio, aumentou 152 milhões de euros face ao registado no período homólogo, atingindo 145 milhões de euros. Para tal contribuiu o aumento da *Receita Efetiva* (6,5%) que mais que compensou a subida da *Despesa Efetiva* de 1,1%.

Para este comportamento da receita, contribuiu o aumento das *Transferências Correntes do Orçamento do Estado* (6,9%), devido sobretudo às *Transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro* (7,9%) e no âmbito da *Participação do IRS* (7,3%) assim como das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (0,7%)

O comportamento da despesa assenta no aumento das *Despesas com Pessoal* (0,3%) e na subida das *Transferências Correntes* de 4,8%. Em sentido oposto esteve a *Aquisição de bens e serviços* (-0,1%).

**Figura 2.24. Execução Orçamental da Administração Local**



Fonte: DGO.

**Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional**

	Administração Regional		Administração Local		
	2020	2021	2020	2021	
	jan a mai		jan a mai		
	10 <sup>6</sup> euros	VHA (%)	10 <sup>6</sup> euros	VHA (%)	
Receita Total	968	1 004	3 085	2 965	5,0
Impostos	585	539	725	699	0,7
Transferências correntes	210	228	1 245	1 358	10,1
Transferências de capital	117	120	298	332	3,8
Despesa Total	971	1 053	2 758	2 821	1,3
Pessoal	419	444	948	969	0,8
Aquisição de bens e serviços	240	264	817	805	-1,1
Juros e outros encargos	60	37	16	11	2,2
Transferências correntes	92	105	300	338	7,0
Investimento	38	45	487	490	2,1
Transferências de capital	93	109	103	118	1,4
Saldo Global	- 2	- 50	327	145	-

Fonte: DGO

## Dívida Pública

### Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com o Banco de Portugal, no final de abril de 2021, a dívida pública atingiu 272 726 milhões de euros, uma diminuição de 2 542 milhões de euros face ao mês anterior e mais 2 234 milhões de euros que no final de 2020.

A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um crescimento de 2 938 milhões de euros face ao verificado no final de março e mais 6 818 milhões de euros que no final do ano de 2020 com os depósitos a diminuir 4 583 milhões face ao final de 2020.

**Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas**  
(milhões de euros)

	31/12/2020	31/03/2021	30/04/2021
Administrações Públicas	270 492	275 268	272 726
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	278 242	283 098	280 266
Administração Regional e Local	10 649	10 641	10 672
Segurança Social	3	1	2
Consolidação entre subsectores	18 401	18 472	18 215
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	19 694	20 555	14 575
Depósitos das Administrações Públicas	23 905	24 801	19 321

Fonte: Banco de Portugal.

### Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1 654 milhões de euros em maio, um aumento de 86 milhões de euros face ao mês anterior, e mais 225 milhões de euros que em final de 2020. A variação mensal resultou do aumento da dívida não financeira da Administração Central (107 milhões de euros), parcialmente compensada pela diminuição de 22 milhões verificada na Administração Regional.

**Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP**  
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 abr	2021 mai
Administrações Públicas	1 429	1 568	1 654
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	450	510	618
Administração Regional	75	155	133
Administração Local	903	903	903
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) averbaram 717 milhões de euros em maio, correspondendo a um aumento de 83 milhões face ao mês anterior, e de 335 milhões face ao final de 2020. A variação resulta, em grande medida, do aumento verificado nos Hospitais EPE (mais 90 milhões de euros em relação ao mês anterior).

**Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso**  
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 abr	2021 mai
Administrações Públicas	382	635	717
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	26	43	38
SNS	3	5	5
Hospitais EPE	147	390	481
Empresas Públicas Reclassificadas	25	20	20
Administração Regional	125	120	117
Administração Local	57	57	57
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	383	635	718

Fonte: DGO.

### Dívida Direta do Estado

Em maio, a dívida direta do Estado atingiu 272 359 milhões de euros, um aumento de 2 322 milhões de euros que no final do mês anterior, valor que após cobertura cambial se fixou em 272 018 milhões de euros. A emissão líquida de OT (1 250 milhões de euros), assim como de CEDIC e CEDIM (642 milhões de euros) parcialmente compensada com a amortização líquida de Bilhetes do Tesouro (1 176 milhões de euros) foram as principais razões que explicam esta diminuição.

**Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado**  
(milhões de euros)

	30/abr/21	2021 mai			31/mai/21
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	176 332	3 139	3 820	- 29	175 621
<i>da qual:</i> Bilhetes do Tesouro	12 219	1 895	3 070	:	11 043
<i>da qual:</i> Obrigações Tesouro	150 005	1 244	:	6	151 255
Não Transacionável	41 078	1 186	564	:	41 699
<i>da qual:</i> Cert.Aforro e do Tesouro	29 937	490	471	:	29 955
<i>da qual:</i> CEDIC e CEDIM	7 075	694	51	:	7 718
Prog. de Ajustamento Económico	49 628	2 394	:	17	49 628
Total	270 038	- 13	0	13	272 359
Dívida total após cobertura cambial	269 661	-	-	-	272 018

Fonte: IGCP.

### Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 9 de junho, a República Portuguesa efetuou dois leilões de Obrigações do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 300 milhões de euros da OT 0,7%15OUT2027, à taxa de -0,162%, e 700 milhões de euros da OT 0,3%17OUT2031 à taxa de 0,397%.

A 16 de junho, o IGCP realizou dois leilões de Bilhetes do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 500 milhões de euros do BT 17SET2021, à taxa média de -0,592%, e 750 milhões de euros do BT 20MAI2022, à taxa média de -0,550%.